



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA

GEONÍMIA DOS DISTRITOS, VILAS E REDE HIDROGRÁFICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**(TRABALHO ESCRITO PARA O ENCONTRO DE
GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA_ EGAL/2009)**

Autores: Pamela Marcia Ferreira Dionisio (oradora)

Leandro Gomes Souza
Pedro Arias Martins
Verônica Rodrigues Albuquerque
Sylvia da Costa Vaz

Orientador: Paulo Marcio Leal de Menezes

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2009.

Introdução

O presente trabalho visa estudar os geônimos pertinentes à hidrografia, vilas, povoados e acidentes geográficos em geral pertinentes ao estado do Rio de Janeiro. Para isso apresenta três objetivos. O primeiro diz respeito à compreensão da origem e evolução da geonímia a partir de suas múltiplas motivações, como geográficas, históricas, políticas, econômicas, antropológicas, sociológicas, entre outras, além de um breve estudo acerca da influência de outros idiomas como o indígena e o francês. O penúltimo objetiva recuperar o processo histórico-evolutivo da paisagem _ ocupação humana e aspectos físicos – e suas transformações através das mudanças dos nomes geográficos. E, por último, busca-se implementar uma base de dados espaço-temporal da geonímia fluminense.

Tendo sido de importância fundamental para a exploração do interior e fixação à terra, em termos históricos, a motivação dos nomes dados à hidrografia e elementos naturais em geral merece um estudo, estabelecendo-se uma estrutura comparativa com os nomes atribuídos aos núcleos de povoamento. Existe pouco estudo com relação às geonímias, sobretudo das feições hidrográficas, não somente no estado do Rio de Janeiro, mas em todo país, sendo que Estados Unidos e França, por exemplo, já apresentam banco de dados com seus geônimos protegidos e padronizados.

Elencou-se como recorte espacial inicial, além da região da baía de Guanabara, a bacia hidrográfica da lagoa Feia que se localiza na região norte fluminense. A primeira escolha tem por justificativa o fato de a área ter sido o primeiro contato dos lusitanos com o estado do Rio de Janeiro, enquanto que a segunda se constitui numa verdadeira “região dos lagos” fluminense, tendo em vista que apresenta inúmeros corpos d’água, além de ser uma das regiões do território fluminense menos pesquisada.

Metodologia

Para a pesquisa, inicialmente, realizou-se o levantamento de dados primários, que consistem em mapas históricos do estado do Rio de Janeiro obtidos no Arquivo Nacional e no Projeto Planágua - SEMADS/GTZ. Além dos mapas, foram utilizados como fonte de pesquisa obras de referência, artigos, teses, dissertações, separata, revistas e periódicos encontrados na biblioteca do PGG e de Letras da UFRJ, além da biblioteca do IBGE.

Os mapas já vieram digitalizados no método automático ou de rasterização que, por intermédio do scanner, possibilita a discretização do “mapa em unidades homogêneas (pixels)”. A estrutura do arquivo formado é denominada matricial. *A posteriori* vetorizaram-se os mapas, através do programa Arcgis 9.2, onde os dados foram transformados do formato matricial para o formato vetorial. O método de vetorização utilizado foi o semi-automático, que utiliza programas comerciais de vetorização, onde o próprio operador dimensiona, seleciona e localiza as entidades pelo *mouse* (PINA e CRUZ 2000 *apud* NEVES 2006).

No processo de vetorização atribuiu-se a feição linha (polilyne) para a vetorização da linha de costa dos mapas, a feição polígono para as ilhas, lagoas, lagos, enfim todas as feições que apresentassem formato poligonal, e, finalmente a feição ponto para ser afixada nas povoações, vilas, cidades, núcleos urbanos em geral, além de também ser utilizada no canto inferior esquerdo dos nomes das feições hidrográficas para que se pudesse colocar uma tabela relacionada a esses pontos com os respectivos nomes das feições. Após o longo processo de vetorização, pretendem-se georreferenciar os mapas, isto é, adicionar coordenadas geográficas para cada uma das feições.

Em paralelo ao processo de formação do banco de dados dos geônimos das mais diversas feições foi feita uma pesquisa acerca das motivações para os nomes encontrados ao longo dos mapas históricos do estado do Rio de Janeiro.

Pretende-se também a realização de reambulações (levantamento de campo) para averiguação dos nomes e localização das feições hidrográficas visíveis e não-visíveis nos mapas utilizados por questão de escala, além da busca do conhecimento local para confrontar as origens dos nomes pesquisados nos livros com os relatos dos moradores da região por intermédio de entrevistas.

Discussão Teórica

A palavra toponímia tem etimologia grega, com *topos*, significando lugar e *onoma*, nome. O estudo dos nomes dos lugares juntamente com o estudo dos nomes das pessoas (Antroponímia) constitui-se nas duas bifurcações do conhecimento científico que pesquisa os nomes próprios: a Onomástica (SANTOS, 2008).

Existe uma definição mais ampla para o conceito de Toponímia ou Toponomástica. De acordo com FURTADO (1960) este termo tanto se remete aos nomes “de sítios, povoações, nações” quanto às feições naturais como rios, montes, vales, montanhas e acidentes geográficos em geral, ou seja, os nomes geográficos. Estes nomes geográficos são reflexos de múltiplas extensões como Geografia, História, Sociologia, Economia, Lexicologia, Antropologia, Cartografia, etc.

A adoção do termo geonímia ao invés de toponímia tem sua razão. Segundo HOUAISS (1999) *apud* SANTOS (2008) inclui as definições supracitadas de toponímia com o adendo de que será considerada geonímia a feição geográfica pretérita ou contemporânea passível de representação gráfica e de obtenção de suas “coordenadas geográficas de identificação”. Este neologismo visa salientar a importância do georreferenciamento dos nomes geográficos, para que seja possível armazená-los num banco de dados espaciais, sendo este um dos objetivos do presente trabalho.

A relação entre a Cartografia, Geonímia e Geografia é evidente, tendo em vista que a elaboração de cartas e mapas possibilita a criação de modelos de representação das feições ocorrentes na superfície terrestre, enquanto que os geônimos são uma espécie de registro civil de uma determinada área, visto que, sua inexistência nos produtos cartográficos tornaria a área mapeada “inerte, morta e incógnita, apesar de todo o seu enquadramento analítico” (FURTADO, 1960). A representação cartográfica legitima os geônimos. As nomeações dos lugares e feições terrestres representam marcas das sociedades na superfície terrestre, que podem ser resultado de ordem política, sentimental, histórica, cultural, econômica e/ou de jogos de poder. A partir da pesquisa das motivações que propiciaram os diferentes nomes, bem como a sua dinâmica de evolução é que o trabalho adquire uma série de tônicas, dentre elas a geográfica.

De acordo com DICK (1980), os topônimos podem ser subdivididos de acordo com o tipo de feição geográfica. A autora denomina assim, especificamente, os nomes de feições de corpos d’água de hidrotopônimos, enquanto FURTADO (1960) os chama de hidrônimos. Já VASCONCELOS *apud* FURTADO (1960) os encaixa em três grandes subgrupos: “oriundos da hidrografia, construções hidráulicas, etc.”, “da fauna” e “do aspecto das águas” que constituem com outros sub-ramos um grande grupo de “categorias de nomes, segundo as causas que lhes deram origem”

Os hidrônimos e, mormente, as feições físicas em geral, são compostos de uma parte genérica que os determina, como o *gênero geográfico*: rio, serra e lagoa e de outra

parte específica que os qualifica, correspondendo à espécie do lugar ou acidente nomeado, como: Feia, Amazonas e Piabanha.

Os hierotopônimos, isto é, nomes sagrados dados a acidentes geográficos, é uma prática que teve início desde o descobrimento do Brasil_ Ilha de Vera Cruz_ e deu origem à tradição responsável por imensa toponímia sacralizada que, de norte a sul do país, atribuiu e continua atribuindo aos mais diferentes acidentes geográficos nomes extraídos da religiosidade de expressão católica. Sendo assim, este artigo realiza um panorama da presença dos hierotopônimos na geonímia do Brasil. Torna-se de fundamental importância para o presente trabalho compreender as peculiaridades que possibilitaram a difusão de tantos hierotopônimos não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país.

Áreas de estudo

_ Baía de Guanabara

A baía de Guanabara constitui-se na primeira área de estudo do presente trabalho. Por ter sido a “porta de entrada” para o complexo histórico que se desenvolveu na cidade do Rio de Janeiro, torna-se necessário revelar sua evolução temporal até a fixação efetiva portuguesa. Antes da chegada dos europeus, povos indígenas já ocupavam e participavam da dinâmica da Baía de Guanabara e seu entorno há séculos, como os tamoios, os tupinambás, os tupiniquins e os temiminós.

Existem pesquisas realizadas por historiadores indicativas de que os verdadeiros “descobridores” da América foram os chineses. Outros estudiosos acreditam que os vikings – liderados por Leif Eriksson - já haviam chegado a estas terras ocidentais ainda antes e até estabelecido uma ocupação na América do Norte. No entanto, não há nenhum registro e nenhuma ocorrência de preservação de toponímia de nenhum destes dois povos em terras brasileiras, muito menos na Baía de Guanabara. Desta forma, este estudo ignora estas possibilidades pré-cabralinas.

Os primeiros europeus a chegarem a esta região foram os portugueses, no dia 1º de Janeiro de 1502, tendo confundido a entrada da Baía com a desembocadura de um grande rio, daí terem batizado-a (e posteriormente também a principal cidade do estado) por Rio de Janeiro.

No entanto, inicialmente Portugal não buscou ocupar efetivamente esta área, o que levou a que ainda no século XVI, franceses se instalassem no interior da Baía, em uma pequena ilha.

Os portugueses e os espanhóis argumentavam que a descoberta dessas novas terras foi decorrente de um longo e grande investimento dessas Coroas e, assim, deveria ter o direito à posse deste novo continente descoberto. Esta é a chamada Doutrina *Mare Clausum*, defendida por estes países e que se opunha ao *Mare Liberum*, defendida pelos franceses. Estes tinham uma postura de evitar conflitos e assim incentivavam comerciantes a negociarem produtos da América. Devido à obrigação ao Pacto Colonial, em que a colônia só poderia comercializar diretamente com a metrópole, Portugal passou a queimar os navios franceses interceptados. A partir deste momento, o governo francês deu autorização aos comerciantes e mercadores de revidarem e também tomarem embarcações portuguesas. Estes franceses ficaram conhecidos como os corsários (diferentes dos piratas, pois possuíam o aval de sua nação).

A partir de 1532, Portugal começa a tomar posse juridicamente de sua descoberta, através da divisão das terras em Capitânicas Hereditárias. Os donatários tinham a obrigação

de povoar e ocupar o território, mas não tinham a propriedade da terra, no entanto, tinha o poder de senhorio sobre a mesma e de doar sesmarias, ou seja, lotes.

O litoral do estado do Rio de Janeiro era o habitat dos indígenas das nações tupi-guarani, embora arqueólogos já tenham provado que eles surgiram na Amazônia, antes de os portugueses aqui chegarem. Depois eles avançaram, destruindo outras tribos, restando poucas, como os goytacazes e os aymorés.

Desta forma, quando os portugueses chegaram a estas novas terras, a maioria dos povos indígenas falavam tupi ou línguas com pouca variação do tupi. Daí pôde surgir a chamada *língua-geral* ou *língua brasílica*, gramatizada pela primeira vez por Anchieta. Esta era uma mistura entre a língua indígena e a língua portuguesa, de forma a permitir uma melhor comunicação entre os nativos e os colonizadores, principalmente entre os jesuítas e aqueles que eles desejavam converter ao catolicismo – os indígenas.

A escravidão e até a cristianização (que posteriormente tornou-se um fator contrário à escravização dos índios), começou com a entrada dos portugueses nas guerras entre os povos indígenas.

Há registros de que em 1503, enviados da França já estavam nesta região e buscavam a exploração do pau-brasil, recurso altamente valorizado à época na Europa, devido a sua propriedade de tingir roupas em vermelho, cor muito difícil de se obter na Europa, haja visto que sempre em filmes, livros, ilustrações deste período e da Idade Média apenas os reis e altos nobres vestiam-se com roupas desta cor, para exprimir sua riqueza frente ao resto da população.

Por volta de 1555, a França vivia uma grande tensão político-religiosa. Mudanças radicais vinham ocorrendo em território francês, como o crescimento do calvinismo. A Contra-Reforma entra em curso, tentando retomar os fiéis perdidos. Papel fundamental neste contexto é dado à fundada Companhia de Jesus (ou Sociedade Jesuíta). Os jesuítas eram soldados da fé, buscavam conquistar os pagãos através da palavra da fé e sobretudo recuperar os luteranos, calvinistas, além de converter os povos recém-descobertos ao cristianismo.

É nesse contexto que o vice-almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon tem notícias de que é possível lucrar com estas novas terras descobertas a oeste, através da fundação de uma colônia francesa. Ele busca financiamento e o consegue, além do apoio régio, com o Almirante Gaspar de Coligny. No entanto, também era necessário pessoal para efetivamente colonizar. Desta forma, Villegagnon obtém permissão do rei Henrique II para pegar prisioneiros franceses e levá-los em sua aventura, caso estes desejassem.

Aqui é importante fazer destaque aos trabalhos de André Thevet e Jean de Léry, que produziram muito material sobre o que hoje é o Rio de Janeiro e sobre a viagem de Villegagnon.

Em 1555, a expedição chega ao Brasil e se instala onde os índios já tinham um histórico de aliança e amizade com os franceses, ou seja, na Baía de Guanabara, em uma pequena ilha no interior desta, a qual até hoje conserva o nome de Ilha de Villegagnon. Este histórico de relações entre povos indígenas e franceses é explicado por outras incursões francesas que já haviam sido realizadas no território colonial português da América. Neste caso em particular, Villegagnon já havia estabelecido contato com os tamoios de Cabo Frio, a nordeste da Baía de Guanabara, dois anos antes de chegar para estabelecer a chamada França Antártica, nome que recebeu a colônia francesa.

No caso das disputas pelo controle da Baía de Guanabara, os portugueses aliaram-se aos tupiniquins (concentrados principalmente no território da Capitania de São Vicente),

levando, com isso, a que os tamoios – grandes rivais deste povo – aliassem-se aos franceses. Os temiminós, que se concentravam na atual Ilha do Governador, também eram inimigos dos tamoios (maioria nesta Baía).

Na guerra temiminós x tamoios, os primeiros saíram derrotados e foram levados em caravelas portuguesas para o Espírito Santo, esvaziando sua antiga terra e deixando-a sob controle total dos tamoios.

Tendo notícias desta penetração francesa em seu território colonial, Portugal organizou expedições para expulsar os franceses da Baía de Guanabara e fazer valer a posse de suas terras. Na guerra, os portugueses e seus aliados indígenas – os tupiniquins e temiminós - venceram e conseguiram expulsar os enviados da França. No entanto, estes não desistiram e ainda tentaram voltar à Baía, sem sucesso, pois a partir desta vitória, Portugal passou a perceber melhor o valor estratégico desta terra, sobretudo quanto a defesa de seu território e até para vigiar possíveis expedições de outras nações em busca das riquezas localizadas mais ao sul, na bacia do Rio da Prata.

Desta forma, ainda precisavam expulsar os tamoios. E só vão conseguir isto efetivamente em 1567. Após a vitória sobre os franceses, nova expedição é formada por Portugal, comandada por Estácio de Sá em 1564. Quando esta chega à Baía nota que a sua força não seria suficiente para derrotar seus rivais nativos. Assim, eles voltam para a capitania de São Vicente, onde ficam por oito meses se preparando para finalmente acabar com esta ocupação dos tamoios. Além disso, se juntam aos temiminós e seu líder – Araribóia.

Em 1565, chegam novamente à Baía e o capitão Estácio de Sá funda, no dia seguinte à chegada, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, numa pequena praia entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão. Era a data de 1º de Março de 1565. Dez dias depois o primeiro ataque indígena ocorreu, no entanto os portugueses conseguiram manter a cidade (se é que poderia efetivamente receber este título, devido a sua ridícula proporção, assemelhava-se mais a um acampamento). A partir deste momento que Estácio de Sá começa a distribuir sesmarias e a organizar efetivamente a cidade. Em 1567 chega outra expedição portuguesa, com reforços, que vai permitir que sejam realizados ataques mais proveitosos contra os tamoios, conseguindo finalmente expulsá-los da Baía.

Conquista-se a Baía e a cidade é transferida para uma colina em terra firme e que também tinha uma boa posição, no Morro do Castelo, e próximo ao rio Carioca, em março de 1567. No entanto, a ocupação portuguesa nestas terras só se dá efetivamente quando os tamoios de Cabo Frio são derrotados, pois estes ainda tentavam retomar seu território. Isto acontece em 1575. A nação tamoia é destruída.

– Bacia Hidrográfica da Lagoa Feia

O conjunto das partes mais baixas do relevo da bacia é chamada de Baixada dos Goytacazes, aludindo os indígenas que ali viveram. Os Goitacás habitavam uma estreita faixa entre as tribos dos Papanases e Tamoios, estendida desde o Espírito Santo até o rio Paraíba do Sul

Com a chegada dos portugueses, a região que abrangia a bacia da lagoa Feia e as foz dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana foi dividida arbitrariamente na Capitania Hereditária de São Tomé, concedida a Pero de Góis da Silveira, e na Capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho. Essa divisão artificial consistia em faixas paralelas e longitudinais de território do Oceano Atlântico até a linha fictícia do Tratado de Tordesilhas. A bacia hidrográfica da lagoa Feia com superfície de aproximadamente 2955

Km², abrange, de forma parcial, seis municípios: Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu, Campos dos Goytacazes, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São João da Barra. Seus limites a norte e a nordeste são com a bacia do rio Paraíba do Sul. A bacia do rio Macaé é confrontada à oeste, estando à sudoeste um conjunto de lagoas e lagunas (bacia litorânea), destacando-se a lagoa de Carapebus. Montes arenosos propiciados pelo encontro da restinga com os tabuleiros do norte do estado são os divisores de água da bacia observados à sudoeste.

Para esta bacia convergem os rios Ururaí e Macabu, onde o primeiro realiza a ligação da lagoa de Cima com a lagoa Feia, sendo também um canal indireto para escoamento das águas dos rios Urubu, Preto e Imbé (coletor de riachos que descem a vertente atlântica da Serra do Mar). Em tempos pretéritos a lagoa Feia fluía por cinco canais naturais concentrados pelo rio Iguaçú (lagoa do Açú, hoje) até encontrarem o canal do Furado, construído em 1688 por José de Barcelos Machado. Existe ainda o pequeno rio Guaxindiba, com barra sempre aberta devido ao canal Engenheiro Antônio Resende.

A opulenta paisagem da região com restingas, serras, colinas, tabuleiros e planície aluvial, possibilitou a formação de muitas lagoas e lagunas, transformando a região numa “área úmida de importância mundial, passível de integrar a lista de Convenção Ramsar”. O projeto Planágua/GTZ alega que fundamentados em relatórios, mapas antigos e atuais, além de reambulções, estima-se que tenha existido em torno de 106 lagoas na bacia hidrográfica da lagoa Feia. Na parte norte havia quatro lagoas: a de Cima, a do Pau Funcho, a do Piri-Piri e a do Timbó. As duas últimas hoje são consideradas brejo e a segunda fazia par com outra lagoa sem nome, sendo as duas sustentadas pelo rio Ururaí, estando localizada entre a lagoa de Cima, o maciço do Itaóca e a zona marginal do rio Ururaí. À oeste existem as lagoas ou brejos do Policarpo, do Mutum, Nova Esperança, da Taquara e da Cruz.

A lagoa Feia até 1949 foi a maior lagoa fluminense, quando a partir desta data foi inaugurado o canal da Flexa pelo já inexistente DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento). Sua área era de aproximadamente 370 Km² em época de chuvas suplantando a superfície da lagoa de Araruama e tendo uma superfície um pouco menor que a da Baía de Guanabara. Hodiernamente, a lagoa feia apresenta apenas metade da sua superfície original. Este último fato deve-se sobretudo às sucessivas obras de drenagem públicas e particulares que a região sofreu visando a ampliação de áreas de lavoura canavieira e de pastagens, assim como devido ao processo de urbanização. Com essas modificações, muitas lagoas e lagunas da região tornaram-se brejos rasos ou até mesmo terra firme.

O relevo da bacia hidrográfica da lagoa Feia e superfície entre a foz dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana, é composto por zona ou formações cristalinas, constituídas de serras e colinas; pela chamada Formações Barreiras, com seus tabuleiros de topo aplainado; por imensa planície aluvial com terrenos delineados pelos rios e pelo mar, que formam as restingas.

Influências na Geonímia

Baía de Guanabara

1.0 _ Indígena

No início do século XVI, estima-se que no Brasil eram faladas 1175 línguas indígenas, das quais ainda vivem apenas cerca de 15% ou 180, concentradas na região norte do país. No entanto, no litoral havia uma certa proximidade entre as línguas faladas, uma

vez que a população que esta área ocupava era praticamente toda do tronco tupi. Isso facilitou a adoção e elaboração da língua geral de acordo com MATTOS & SILVA (2003) *apud* ANTUNES & CARVALINHOS (2007).

A língua indígena, embora menos rica que a portuguesa, nos dois primeiros séculos de ocupação predominou. O tupi, até o início do século XVIII era falado aproximadamente na mesma proporção que o português no Brasil, mesmo em regiões onde os portugueses já estavam bem estabelecidos.

Nos primeiros tempos da colonização do Brasil a língua portuguesa, sobrepujada pelas indígenas, foi muito influenciada por estas. Os colonizadores prontamente a deformaram, com a aceitação sistemática de dialetismos, neografias e vícios sintáticos (FURTADO, 1960). Postas em contato, a língua culta e as indígenas se foram alterando, trocando elementos entre si, assimilando palavras, segundo a fonética de cada uma”, o que permitiu o surgimento da língua geral ou brasilica (FURTADO, 1960).

A língua que catequizava os índios não era o português, era muito mais a língua geral e a língua tupi. Inclusive, eram ensinadas aos aprendizes de jesuítas para que estes pudessem continuar a exercer seu trabalho.

Outro fator interessante é que nas penetrações pelo território brasileiro para seu reconhecimento e efetiva ocupação e posse, os exploradores muitas vezes utilizaram a toponímia indígena e a tornou oficial em mapas e documentos escritos que descreviam os locais por onde passavam. Em alguns casos, como a língua tupi era muito utilizada no Brasil até pelos colonizadores, há até topônimos de origem tupi onde índios desta raiz jamais estiveram. Os topônimos teriam sido empregados por portugueses, que se utilizavam do tupi, em incursões pelo interior do país.

Havia muito mais tribos e fixações indígenas do lado onde hoje é a cidade do Rio de Janeiro do que do lado onde hoje é Niterói. Isso é explicado porque havia muito mais rios no primeiro do que no segundo.

Devido à criação de uma língua geral e do uso de neologismos pelos portugueses (principalmente os jesuítas), muitos topônimos que parecem ser de origem indígena na verdade não são exatamente como os índios nomeavam certos lugares.

Ainda hoje percebemos a grande influência que aqueles que ocupavam a baía exerceram na toponímia das feições desta região. Uma forma de claramente visualizarmos isto é que em um mapa atual do IBGE da Baía de Guanabara na escala 1:50000, cerca de 30% dos topônimos encontrados são de origem indígena.

O próprio topônimo da baía – Guanabara – tem esta origem e significa “seio semelhante ao mar” ou “estuário amplo” (SILVA, 1966). Outro exemplo é a Ilha de Paquetá, cuja origem do nome é da língua tupi-guarani e significa onde há muitas pacas. Outro exemplo é a Ilha de Itaoca, também com a mesma origem linguística, sendo denominada assim por nela haver muitas grutas.

Embora Pão de Açúcar pareça ser completamente um topônimo português, o nome deste morro, segundo alguns autores, é de origem indígena, como no caso de Oliveira (Ano Desconhecido): “curiosa corrupção(...) de **pau-nd-açu-quâ**, ‘ilhas, altos e baixos pontudos’. De **paû**, ‘ilhas’; **nd**, intercalação nasal; **açu**, ‘altos e baixos’; **quâ**, ‘pontudos’. (...) Portanto, significa o seguinte: ‘morro isolado e pontudo’ (características morfológicas)”. (Grifos do autor) Ou seja, ao longo do tempo, houve muitas corruptelas de antigos topônimos indígenas, sendo aporuguesados.

Através desta amostra de exemplos, podemos ver que os indígenas nomeavam os locais e a feições de forma bastante prática, tendo o significado do que havia em tais locais,

como eram ou como pareciam, na maioria dos casos, embora também haja casos de homenagens a espíritos e lugares sagrados.

2.0_ Francesa

O único topônimo de origem francesa que restou hoje é a Ilha de Villegagnon, embora não tenha sido este o nome que os colonos franceses deram à ilha. O estabelecimento da França Antártica em uma ilha e não no continente é explicado principalmente por três motivos: grande parte dos colonos franceses eram ex-presidiários (portanto, criminosos, que poderiam fugir); medo de disputar o território com os indígenas (até também um certo respeito, devido a pequena força militar que a pequena colônia francesa tinha em relação ao grande número de tamoios, principalmente, por mais que estes fossem seus amigos); e o fato de uma ilha ser mais fácil de ser fortificada do que uma ocupação no continente.

No entanto, os franceses tentaram primeiro se estabelecer na hoje Ilha da Laje. Sem sucesso, pois a maré alta não permitiu o estabelecimento de uma colônia perene na mesma. Com isso, acabaram por se estabelecer na hoje Ilha de Villegagnon, mas que também já era conhecida pelos indígenas como Serigipe (ou Serygipe como aparece em alguns mapas históricos). Na verdade, Villegagnon homenageou Gaspar de Coligny dando o nome deste à ilha em que se estabeleceram.

Além do estímulo econômico, outro motivo que levou a que se desejasse instalar uma colônia francesa em terras tão distantes era a perseguição aos protestantes que estava sendo realizada na França. Situação semelhante acabou acontecendo em muito maior escala nas 13 colônias inglesas na América do Norte.

Com a necessidade de se estabelecer uma fortificação para defender a ilha, Villegagnon ordenou a construção de uma fortaleza costeira, que também recebeu o nome de forte Coligny. Este topônimo pode ser observado em mapas históricos, como o abaixo:



Trecho de mapa francês elaborado entre 1557 e 1558. Fonte: www.serqueira.com.br

As demais (embora poucas) nomeações geográficas dos franceses para feições do entorno da Baía estão explicadas por ANTUNES & CARVALINHOS (2007) que alegam que alguns poucos membros da expedição foram mandados para o continente, a fim de fabricarem os tijolos necessários à construção do forte e das primeiras casas. Dois montes localizados entre o local onde estes oleiros se estabeleceram foram denominados *Mont-Henri* e *Mont Corguilleray* (atualmente *morro da Viúva* e *morro da Glória*, respectivamente).

A designação daquele morro (*Mont-Henri*) é uma homenagem a Henrique II, então rei da França, realizada ainda nos primeiros meses de chegada ao Brasil – mantendo, como

podemos perceber, uma coerência com o que já ocorria com algumas denominações feitas por portugueses e espanhóis, homenageando a realeza. Engendrado por huguenotes em 1557, o segundo topônimo refere-se a Philippe du Pont de Corguilleray, que, sob o aval de Calvino, patrocina o envio da expedição calvinista à França Antártica, à qual pertencia Léry. (ANTUNES & CARVALHINHOS, 2007)

Os franceses não chegaram a estabelecer nomes para locais que não ocuparam, que eram povoados por indígenas ou era território dos mesmos. Pelo contrário, aceitavam e também utilizavam os topônimos pré-existentes. Além disso, os poucos colonos franceses que chegaram a viver no e a se relacionar com o continente, não nomeavam locais com homenagens religiosas justamente por serem protestantes.

3.0_ Portuguesa

Por motivos óbvios, grande parte dos topônimos da Baía de Guanabara são de origem portuguesa. No entanto, devem ser observados alguns casos e fases específicas. Os portugueses preferiram historicamente homenagear entidades religiosas ou políticas ao nomear os acidentes geográficos, em detrimento das denominações utilizadas pelos verdadeiros brasileiros.

Um exemplo dessa preferência por homenagens é o nome da própria capital fluminense. A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565, recebeu este nome em homenagem ao rei de Portugal Dom Sebastião, o qual ainda foi elevado à categoria de santo por Estácio de Sá no momento da nomeação, o que é explicado pelo fato de em Portugal historicamente Igreja e Monarquia serem muito próximos, e o rei considerado alguém que divinamente deveria exercer tal cargo. Ainda houve a junção ao suposto “rio” avistado em Janeiro de 1502. O tal “rio” na verdade era a Baía de Guanabara, mas o nome já havia pegado entre os colonizadores. Desta forma, juntou-se o rei de Portugal, um título religioso e uma feição geográfica para nomear a nova cidade.

A apropriação de topônimos indígenas pelos portugueses só se deu em um segundo momento. Inicialmente, os colonizadores ignoraram que aqui já viviam povos e os poucos locais e feições a que atribuíram nome tiveram impregnações religiosas ou de homenagens, principalmente. A própria dificuldade de comunicação e o fato de os indígenas não terem uma linguagem gráfica elaborada, dificultou também a apropriação dos topônimos utilizados por estes. (ANTUNES & CARVALINHOS, 2007)

Em termos de apreensão de mundo, tanto os registros cartográficos quanto as narrativas comuns na época, como o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, trazem dois elementos que se refletiram na formação do sistema toponímico brasileiro: a apreensão do novo espaço e seus elementos (inéditos para o europeu como fauna e flora), descrevendo o que naquele momento era inominável em língua portuguesa, mas já possuía um termo em língua indígena e, por outro lado, descrevendo este espaço segundo a visão européia, o que levaria à geração da duplicidade e possível superposição toponímica. (ANTUNES; CARVALINHOS, 2007)

Outro fato interessante é que muitas vezes houve justaposição de palavra de origem indígena com de origem portuguesa, geralmente esta última sendo de caráter de homenagem a alguém ou a alguma entidade religiosa, ou ainda relacionando alguma feição ou característica geográfica com alguma outra palavra indígena.

No contexto das reformas promovidas em Portugal e, conseqüentemente no Brasil, pelo Marquês de Pombal, a língua-geral foi proibida de ser ensinada e também muitos topônimos indígenas ou mistos (como os do caso citado no parágrafo acima), sumiram,

sendo substituído por puramente portugueses. Pombal visava dar uma uniformidade cultural à colônia.

Isso é possível de se observar em mapas históricos. Um exemplo bastante significativo é o da Ilha do Governador, que já foi chamada de ilha dos Maracajás, Paranapuã, do Gato e dos 7 Engenhos. O nome atual tem sua origem no final do século XVI, quando mais da metade de seu território passou a ser de Salvador Correia de Sá, então Governador da Capitania. Portanto, antes de ter o atual nome, já possuiu nomes indígenas e até outros nomes portugueses.

Isso nos faz atentar para o fato de que a toponímia não é fechada. Embora os termos e topônimos portugueses tenham prevalecido em muitos casos, a adoção de um certo topônimo português nem sempre se fez valer por toda o histórico desde a adoção do mesmo. Em diversos casos houveram mudanças. Até mesmo em casos mais absurdos e mais recentes, como o bairro de Realengo e o viaduto dos cabritos, ambos na cidade do Rio de Janeiro. São exemplos de como um topônimo oficioso pode acabar se tornando oficial. No primeiro caso, refere-se ao Real Engenho que naquela região havia, sendo que engenho tem como abreviação “Engo.”, levando a população a juntar as duas palavras e denominar a região como Real+Engo, logo Realengo. No caso do viaduto Oscar Brito é que se falando rapidamente estas palavras e repetidamente durante anos, o homenageado Oscar Brito acabou virando “dos cabritos”.

Um topônimo que vai de encontro ao que foi falado no parágrafo anterior ao acima, é o da cidade de Niterói. A enseada da Praia Grande formava um largo e abrigado anfiteatro, levando os povos da nação Tupi-Guarani a denominá-la Nictério, que significa água escondida. O caso de Niterói é deveras interessante, pois demonstra como estudos de toponímia podem descortinar demais estudos de geografia e de história.

O líder dos Temiminós, que haviam sido expulsos da Ilha de Paranapuã (como já foi visto, atual Ilha do Governador), Araribóia, voltou à Baía junto com seu povo em auxílio as tropas enviadas por Portugal para tentar reconquistar este território que estava sendo ocupado por franceses e para expulsar os tamoios. Quando conseguiram isto, Araribóia esperava voltar a sua terra natal. No entanto, Mem de Sá não permitiu, pois tornou a Ilha uma sesmaria do governador-geral do Brasil, que não por acaso era ele mesmo. Como compensação, permitiu que Araribóia e seu povo se estabelecessem onde hoje é Niterói, na enseada da Praia Grande, lá se estabelecendo como a Vila de São Lourenço dos Índios. Inclusive, o líder temiminó ganhou até um nome português: Martim Afonso.

Com o desenvolvimento da Vila, ela tornou-se Vila Real da Praia Grande em 1819. Só em 1835 que a cidade passou a ser oficialmente reconhecida como Nictério. O porquê de se ter retomado o topônimo indígena séculos depois é uma questão interessante. Não foi encontrado material sobre isto. Portanto, o presente autor levanta a hipótese que talvez o fator motivador para esta mudança tenha sido pela tentativa de se resgatar o passado heróico e indígena do povo brasileiro, conforme fica muito claro nas obras do Romantismo Indianista. E 1835 dista apenas 13 anos da declaração da Independência do Brasil, o que também ajudou a todo este movimento nacionalista. Desta forma, a retomada de um topônimo indígena talvez esteja intrinsecamente relacionada a todo este contexto de mudança no Brasil.

A grafia da palavra que nomeia a cidade de Niterói também apresentou uma grande variação em mapas antigos. E isto é outro fator que deve ser levado em consideração. Ao longo dos cinco séculos de ocupação da Baía, muitas mudanças fonéticas, gramaticais e sintáticas ocorreram na língua portuguesa falada no Brasil. E a toponímia da Baía de

Guanabara a acompanhou. Desta forma, ao analisar mapas antigos vemos grandes diferenças na língua escrita de antigamente quanto a de hoje. Ou seja, os topônimos também vão se atualizando ao longo do tempo, de acordo com a língua e o vocabulário.

_ Bacia da Lagoa Feia

1.0_ Indígena

Existem controvérsias no que tange ao geônimo inicial da lagoa Feia ser Iguaçú, pois essa possibilidade foi levantada por antigos moradores da região não se conhecendo outro tipo de registro. Vale salientar que o topônimo Iguaçú, de acordo com SILVA (1966) é uma denominação indígena, onde o prefixo i ou y significa água, rio e o sufixo guaçu dá a idéia de grande, amplo, grosso, volumoso, podendo o termo yguaçu ou iguaçu adquirir as seguintes acepções: ‘água grande’, ‘rio considerável’, ‘caudal volumoso’, ‘estuário amplo’.

Em contraposição, ao considerar como prefixo iguá ou yguá, terá o significado de enseada, baía, angra, lagamar, enquanto que o sufixo açu, será grande, amplo, fazendo com que o termo Iguaçú signifique ‘a enseada ou angra grande’; ‘o amplo lagamar’, ‘bacia fluvial imensa’. Não se sabe qual das hipóteses é a verdadeira, mas ambas tem seus argumentos. Devido à sua extensão, a Lagoa Feia poderia ter sido considerada pelos índios uma ‘água grande’, um ‘estuário amplo’, ou até mesmo uma ‘baía grande’, tendo em vista que a lagoa já foi uma baía em tempos pretéritos, sendo fechada pelo Rio Paraíba do Sul. O fato é que existe um rio que sai da lagoa Feia denominado Iguaçú.

Os principais afluentes da lagoa Feia são o rio Macabu e o rio Ururaí. O último liga a lagoa de Cima à lagoa Feia. MALDONADO & PINTO (1894) afirmam que quando encontraram com este rio que construía um pântano cercado de palma raraí, decidiram colocar este nome no rio. Pela posição descrita em seus relatos parece realmente ser o rio Ururaí. Há controvérsias de que este nome tenha realmente sido criado pelos autores supracitados. No livro “Denominações Indígenas na Toponímia Carioca”, de 1966, J. Romão da Silva explica o vocábulo Ururaí com o seguinte significado: ‘rio dos ururás’, ou seja, dos lagartos aquáticos ou pequenos jacarés de papo-amarelo. Ao final, o autor coloca a observação de que este topônimo pode ser encontrado em localidades do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, não somente no município carioca como alude o título do livro.

O rio Macabu apresenta infinitos brejos junto à sua foz. Provavelmente isto deve-se ao rompimento do dique na margem deste rio, por ele mesmo construído, no período de cheia, propiciando a formação de uma rede bifurcada e em formato radial. MALDONADO & PINTO (1894) afirmam também terem sido eles que deram este nome, em menção ao rio Macabu, nas proximidades do Rio de Janeiro. De acordo com SILVA (1966) o vocábulo macabu é indígena e pode ter os seguintes significados: ‘macaba preta’, sendo que macaba é uma fruta e u significa preto, escuro; ‘o que emerge a cabeça’, a ‘cabeça emersa’, se considerar ‘ma’ como ‘o que’, ‘cabu’ como ‘mamar’, ‘sugar’, podem-se gerar os significados: ‘o que mama’, ‘aquele que suga’; considerando macã (patos) e bu (pancada, barulho) pode-se formar as expressões: ‘a pancada ou batida dos patos’; ‘os patos barulhentos ou que arrulham’; ou, ainda, ‘os patos pretos ou arroxeados’.

O nome rio do Furado deve-se ao fato de ter sido aberto artificialmente por José de Barcellos Machado. O topônimo rio das Onças deve-se à presença na mata próxima de animais silvestres, dentre eles, a onça, enquanto que o rio Novo do Colégio faz alusão ao Colégio de Jesuítas nas proximidades deste rio. De acordo com SILVA (1966) açu na

língua indígena significa vasto, grande, extenso. A lagoa Salgada como o próprio nome revela, é hipersalina, devido aos estromatólitos recentes.

Um dos braços abandonados do rio Paraíba do Sul do seu delta em forma de pé de ganso, devido à construção do canal do Quitungute que cortou a ligação deste com o Paraíba do Sul. Assim o auto leito foi invadido por aterros para a agricultura e pecuária e o baixo leito, junto ao mar pela expansão urbana de Grussaí. De acordo com SILVA (1966) o termo indígena *gruçai* tem como uma de suas acepções ‘o rio ou aguada dos guaruçás’, isto é, dos caranguejos. A lagoa Iquipari como a anterior é braço abandonado do Paraíba do Sul, tendo perdido a comunicação pelo mesmo motivo anterior. Para ampliação da atividade agropecuária e agroindustrial foi aterrada diversas vezes.

A lagoa de Cima recebe este nome devido a sua posição geográfica, ao localizar-se acima da lagoa Feia. Juntamente com a lagoa do Campello é uma das que mais chama atenção pela sua extensão, depois da lagoa Feia. É composta pelos rios Imbé e Urubu. COUTO REIS (1785) relata ser difícil penetrar nesta área por ter índios bravos. Ele declara ainda que o nome *Embé*, assim anotado por ele é proveniente de uma planta que é um cipó. Já com relação ao nome Urubu, ele cogita a possibilidade de ser devido à sua cor escura. Segundo SILVA (1966), *Imbé* significa no vocabulário indígena ‘planta chata ou rasteira’, pois o *i* ou *y* antecedente de *b* significa planta e *mbé* quer dizer chato rasteiro. CASAL (1976) registra que a parte de maior largura da lagoa de Cima constitui o acidente geográfico denominado Saco da Pernambuco.

Das lagoas que se localizam entre a foz do Paraíba do Sul e Itabapoana, somente uma se conseguiu o significado. Trata-se da lagoa de Tabatinga, que de acordo com SILVA (1966) *taba* significa barro, argila, enquanto que *tinga* quer dizer branco, sendo assim transmite a idéia de ‘barro ou argila branca’. É um tipo de argila sedimentar, mole, untuosa, com certa quantidade de matéria orgânica, dauqal se servem as índias para pintar as cuias. Esta lagoa era uma várzea do rio Muriaé, que ficou isolada dele.

Vale salientar, que ao longo do trabalho, foram encontrados hidrônimos que, posteriormente se tornaram nomes de núcleos urbanos da região, como a Lagoa de Caratiba que deu origem ao nome do povoado de Caratiba e a Lagoa de Carapebús, que deu nome à Freguezia de Carapebús.

2.0_ Portuguesa

Os novos habitantes da região observaram a bacia hidrográfica da lagoa Feia, composta por vários rios e uma infinidade de lagoas, brejos e canais permanentes e periódicos. Quando chovia, os rios extravasavam para as planícies circunvizinhas, aumentando o espelho d’água das lagoas, que se uniam por uma complexa rede de brejos e canais, chagando a formar por meses um imenso pantanal. Esta última formação era propiciada não somente pela grande quantidade de chuvas mas também pelo relevo de baixas cotas altimétricas que possibilitavam o acúmulo de água.

O domínio da região pelos portugueses não foi tão simples. O *Roteiro dos Sete Capitães* de 1632, realizado pelos Capitães Miguel Aires Maldonado e José de Castilho Pinto e seus companheiros de trabalho, relata que a conquista da Capitania do Rio de Janeiro e São Vicente foi travada por intensas lutas com nativos e corsários. Este se constitui também no registro histórico que apresenta a descrição mais antiga que se conhece da lagoa Feia, inclusive explicando a origem de seu nome:

“Era um grandíssimo lago ou lagoa d’água doce, a qual estava tão agitada com o vento sudoeste, tão crespas

suas águas e tão turvas que metiam horror: aonde lhe demos o apelido de Lagoa-feia". (MALDONADO E PINTO, 1894).

Ao longo do tempo a lagoa Feia veio sofrendo processos de assoreamento decorrentes tanto de sua evolução geomorfológica natural quanto de obras de drenagem feitas pelo homem o que possibilitou a sua subdivisão em três lagoas: na parte norte ainda permaneceu a nomenclatura lagoa Feia, porém sua porção meridional foi dividida em duas lagoas denominadas lagoa do Tatu e lagoa de Dentro. O capitão cartógrafo Couto Reis escreveu em 1785 uma descrição da lagoa que menciona parte a geomorfologia e novos nomes da lagoa Feia.

Dentre as informações, ele percebeu a ligação da lagoa Feia com a lagoa da Ribeira na parte hoje denominada enseada do Tatu, além de relatar que os topônimos Tatu e Farinha Seca advêm dos primeiros descobridores que chegaram ali, pois eles tinham consigo somente um pouco de farinha para comer, tendo a esperança de realizar alguma caça para poder misturar a farinha. A verdade é que passaram o dia inteiro sem conseguir caçar, tendo de comer somente farinha. Assim eles denominaram o lugar de Farinha Seca. No outro dia conseguiram caçar um tatu, porém a farinha já tinha terminado tendo de comer somente tatu. A partir deste dia, passaram a também denominar o lugar de Tatu. Com o tempo, a garganta ficou com a denominação de saco da Farinha Seca e a o corpo d'água maior de lagoa do Tatu

Considerações Finais

Estudos sobre toponímia e geonímia estão dentro do campo da Geografia Histórica e da Cartografia Histórica e é uma das formas de se estudar o passado, correlacionando aspectos geográficos, históricos, cartográficos e lingüísticos. A análise dos nomes pretéritos dos lugares ajuda a compreender as mudanças que ocorreram ao longo dos séculos.

O presente trabalho adquiriu importância também devido ao fato de existir pouco estudo com relação às geonímias não somente no estado do Rio de Janeiro, mas em todo país, sendo que Estados Unidos e França, por exemplo, já apresentam banco de dados com seus geônimos protegidos e padronizados.

O estudo das geonímias fluminenses também é uma forma de valorizar a cultura indígena ao resgatar a etimologia de diversos vocábulos sob esta influência bem como as motivações que propiciaram estes nomes geográficos.

Ficou também evidenciado que geônimos associados a feições naturais em geral têm uma tendência a não modificarem seu nome original, diferente dos nomes geográficos referentes a povoados e núcleos urbanos, que por questões políticas e econômicas, entre outras, sofrem transformações ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de A. – **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, 2º edição, Rio de Janeiro, 1988. Jorge Zahar Editor, Instituto de Planejamento Municipal.
- ABREU, Mauricio de A., organizador – **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro, 2005, Da Fonseca Comunicação.

- ABREU, Sylvio F. – **O Distrito Federal e Seus Recursos Naturais**. Rio de Janeiro, 1957, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- AMADOR, Elmo da Silva – **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Rio de Janeiro, 1997. Edição do Autor.
- AMADOR, Elmo da Silva – **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- ANTUNES, Alessandra Martins; CARVALINHOS, Patrícia de Jesus. **Toponímia Brasileira: Origens Históricas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 11., 2007, Rio de Janeiro. Toponímia brasileira. Origens históricas. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/>
Acessado entre 26/06/2008 e 08/07/2008.
- BARRETO, Cláudio João. **A retomada da pesquisa da Geonímia do Brasil: algumas reflexões e aspectos relevantes**. Geo Uerj, Rio de Janeiro, n. , p.1-14, 16 out. 2007. Disponível em <http://www.geouerj.com/PDF/Claudiojoao.pdf>
Acessado entre 26/06/2008 e 08/07/2008.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- MATA, Sérgio da. “O desencantamento da Toponímia”. In: ROSENDAHL, Z. e CÔRREA, R. L. (orgs.). *Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- FURTADO, Sebastião da Silva. *A Toponímia e a Cartografia*. Ministério da Guerra – Diretoria do Serviço Geográfico. Rio de Janeiro: 1960.
- MALDONADO, Miguel Aires e PINTO, José de Castilho. “O Roteiro dos Sete Capitães” (1632). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- MENEZES, Paulo Márcio Leal de, SANTOS, Cláudio João Barreto dos. “Geonímia do Brasil: Pesquisa, Reflexões e Aspectos Relevantes”. In: Revista Brasileira de Cartografia nº 58/2, 2006.
- NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. *Modelagem de um banco de dados geográfico do Pantanal de Cáceres/MT: estudo aplicado ao turismo*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Geociências, 2006.
- OLIVEIRA, Agenor Lopes de. **Toponímia Carioca**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, ano desconhecido. 351 p.
- SANTOS, Cláudio João Barreto dos. *Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, IGEO, 2008.
- SEMADS. *Bacias Hidrográficas e Rios Fluminenses – Síntese Informativa por Macrorregião Ambiental*. Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, Projeto PLANÁGUA SEMADS/GTZ. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001. 73p.
- SILVA, J. C. *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacases*, 2ª ed. Rio de Janeiro:Leuzinger, 1907 (1ª ed., 1819).
- SILVA, J. Romão da. *Geonômásticos Cariocas de Procedência Indígena*. Secretaria Geral de Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1961.
- _____. *Denominações Indígenas na Toponímia Carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasileira, 1966.
- www.serqueira.com.br – Acessado dia 05/07/2008.

Anotações de aula do curso de Geografia Histórica da Cidade do Rio de Janeiro do Prof. Maurício Almeida Abreu.